

( ) Graduação ( X ) Pós-Graduação

**KEYNES: Crítica aos fundamentos microeconômicos tradicionais e a proposição de uma macroeconomia microfundamentada**

**Wallace da Silva de Almeida**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS  
[wallace\\_almeida@ufms.br](mailto:wallace_almeida@ufms.br)

**Janáina Cabral da Silva**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS  
[janaina.cabral@ufms.br](mailto:janaina.cabral@ufms.br)

**Jennifer Cicera dos Santos Faustino**  
Universidade Federal do Ceará - UFC / Sebrae-MS  
[jenniferholy@gmail.com](mailto:jenniferholy@gmail.com)

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é revisitar alguns elementos fundamentais da teoriakeynesiana, a fim de confrontá-los com os pressupostos teóricos neoclássicos e estabelecer suas principais similitudes e diferenças. O estudo parte de uma concepção pós-keynesiana e fornece argumentos relevantes para uma reavaliação da relação entre micro e macroeconomia, sendo esta sua principal contribuição à literatura. A partir da abordagem pós-keynesiana, depreende-se que os agentes detentores de riqueza são dotados de vontade própria e que possuem capacidade de exercê-la com o objetivo de influenciar o ambiente no qual atuam. Nesse contexto, o ambiente econômico pode ser caracterizado por uma “incerteza ontológica” que impossibilita a adoção de sistemas fechados e deterministas de análise, tal como intenta/defende o *mainstream*. A obra de Keynes, de outra forma, parte da formulação de uma “teoria da decisão” sob condições de incerteza, propicia uma compreensão profunda acerca do papel desempenhado pela moeda e instituições, e, sobretudo, um real entendimento sobre a existência do desemprego involuntário.

**Palavras-chave:** Teoria econômica; Fundamentos da macroeconomia; Pós-keynesianismo.

## 1 INTRODUÇÃO

Keynes (1936) desenvolve um modelo abstrato de determinação dos níveis de empregoe renda agregados, fundamentado em elementos expectacionais. Assim, o autor forneceu relevante contribuição a literatura econômica ao possibilitar uma robusta constituição da macroeconomia como um novo campo de estudo científico autônomo, quando comparado aoque atualmente denomina-se de “microeconomia”. Ao longo de sua principal obra, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Keynes expressa uma concepção ímpare rica a respeito

da relação entre a teoria e a realidade mediante definição de fatores exógenos e endógenos, sendo os últimos mais enfocados na análise.

Keynes (1939), ao examinar as pesquisas realizadas por Dunlop (1938) e Tarshis (1938) sobre a associação entre salários reais e nominais, argumenta que optou pelo aceite das hipóteses microeconômicas consistentes como a estrutura de mercado de concorrência perfeita (cujo resultado é um salário real contra-cíclico). Com isso, Keynes objetivava vencer seus opositores, ditos ortodoxos, “em seu próprio jogo”, mostrando que os resultados obtidos por sua teoria – particularmente, no que se refere a existência de desemprego involuntário – apresentavam-se robustos e independiam da especificação de estruturas de mercado alternativas.

A interpretação da teoria keynesiana empreendida pelo *mainstream* da teoria macroeconômica, desde a Síntese Neoclássica até os Novos Keynesianos, desconsidera o fator chave dessa economia, a saber: o processo de tomada de decisão do agente capitalista individual. Nesse sentido, esvazia-se a macroeconomia de sua “teoria de escolha” nos termos atribuídos por Keynes (1936), passando o desemprego involuntário a fundamentar-se na rigidez de salários nominais, no caso da Síntese Neoclássica, e em “microfundamentos” análogos as explicações de falhas de mercado, no caso dos Novos Keynesianos.

Nesse contexto, torna-se relevante revisitar os conceitos keynesianos fundamentais a fim de confrontá-los com os pressupostos teóricos neoclássicos e estabelecer suas principais similitudes e diferenças. Diante disso, neste estudo, busca-se trazer à baila alguns argumentos identificados na teoria pós-keynesiana – e, obviamente, na teoria keynesiana de Keynes – que forneçam suporte as seguintes hipóteses:

**Hipótese 1:** O princípio da demanda efetiva não necessita de especificações microeconômicas, no sentido do que é aqui denominado de “microeconomia do produtor de bens”.

**Hipótese 2:** A teoria macroeconômica, de Keynes, origina um processo de transformação da concepção da microeconomia à medida em que passa a considerá-la recorrendo ao estudo da tomada de decisão do agente proprietário de riqueza.

**Hipótese 3:** O construto teórico de Keynes é constituído a partir de uma concepção ideológica distinta dos teóricos do *mainstream* keynesiano.

O texto segue subdividido em seções a fim de proporcionar um melhor entendimento do leitor. A presente seção, introduziu o estudo realizado. A segunda seção revisa o princípio da demanda efetiva (PDE), que situa a perspectiva da análise de Keynes por intermédio das expectativas do empresário capitalista – este é o ponto de partida da teoria keynesiana original, simultaneamente, o pré-requisito basilar para seu real entendimento. A terceira seção problematiza a discussão do desemprego involuntário como uma questão fundamental no âmbito da macroeconomia. Por fim, a última seção relata as conclusões derivadas do estudo e destaca os resultados mais relevantes encontrados em conformidade os objetivos propostos.

## **2. PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA: a proposição de uma macrofundamentação da microeconomia?**

Keynes (1936) determina o nível de renda e emprego por meio do princípio da demanda efetiva (PDE). A demanda efetiva se refere ao ponto de intersecção entre as curvas de oferta e demanda agregadas. Esse ponto é definido mediante as expectativas de ganhos monetários dos capitalistas individualmente. Chick (1983) destaca que o ponto de demanda efetiva, diferentemente da demanda agregada, não é uma função, mas sim um local na função de demanda agregada, mensurada pela unidade operacional, que se torna efetivo pelas decisões de produção da firma, refletindo a expectativa de realização de vendas.

Davidson (1999) ressalta que, enquanto na lei de Say as curvas de oferta e demanda agregadas são coincidentes, na concepção teórico-metodológica de Keynes essas curvas não necessariamente coincidem. Adicionalmente, o autor mostra que o caso clássico pode ser verificado se e somente se duas hipóteses forem garantidas, a saber: exige-se que as despesas não relacionadas com a renda corrente sejam nulas; e as despesas de investimentos dependem de fatores expectacionais não-ergódigos ou exógenos:

Isto posto, o resultado de equilíbrio não exige uma especificação particular da curva de oferta, com imperfeições ou rigidezes de preços. Contudo, deve-se rejeitar, necessariamente, três pressupostos basilares da teoria clássica: o axioma da ergodicidade – a crença de que o futuro pode ser calculado por intermédio de dados observados; o pressuposto da substituíbilidade perfeita, notadamente, entre moeda e demais ativos; e por fim, a hipótese de neutralidade da moeda (ao menos, em um horizonte de longo prazo).

O não acolhimento dos pressupostos clássicos mencionados abre espaço para que a moeda assuma papel de relevância fundamental. Keynes (1936), mais precisamente no capítulo 17 da obra, sinaliza que a moeda pode ser cobiçada como ativo para a composição de portfólio dos agentes econômicos, e, dessa forma, apresenta a capacidade de impactar significativamente no funcionamento do sistema capitalista de produção.

A luz do exposto, ainda que não possa assegurar ao seu possessor emolumentos, a moeda proporciona liquidez imediata a medida em que exibe duas propriedades vitais: elasticidade de substituição zero e elasticidade de produção zero. Estas duas faculdades conferem a moeda uma característica adicional, uma taxa interna de retorno mais inflexível a redução quando comparada aos demais ativos, cuja taxa interna de retorno oscila de acordo com o volume produzido, tal como expressa “as leis de mercado”.

Nesse contexto, a moeda passa a representar uma salvaguarda contra a incerteza que permeia a economia (KEYNES, 1971). Marx (1988), assim como Keynes (1936; 1971), também considera o papel fundamental exercido pela incerteza mercantil, todavia, cabe ressaltar que para Marx (1988) é a relação social que explicita a dependência recíproca que se sujeitam os produtores privados.

O ponto de partida do tratado sobre a moeda de Keynes (1971) está, especificamente, na forma singular pela qual a moeda era percebida até então. A economia neoclássica, ou de tradição clássica, interpretava a economia como um sistema de trocas puras, no qual a moeda assumia apenas o papel de facilitadora de trocas.

As principais modificações propostas pela abordagem keynesiana tradicional em relação àquela proposta pelos adeptos da lei de Say, referem-se à identificação de uma circulação financeira, que quebra a ligação única da moeda com a circulação de bens, denominada por Keynes (1936) de circulação industrial; Keynes postula que a distribuição dos recursos entre os indivíduos é desigual; o pensamento keynesiano também insere a noção do tempo histórico; e para Keynes (1936), na economia capitalista, a produção é especulativa, pois é realizada sob um ambiente de incerteza.

Concorrendo com os demais ativos da economia como meio de maximizar a riqueza dos agentes, o preço da moeda constitui uma referência para a formação de preços de quaisquer outros ativos, especialmente dos bens de capital. Assim, quando se eleva a taxa de juros da moeda relativamente a dos outros ativos, à medida em que o estoque de bens, da economia amplia-se, tem-se que os preços normais correntes dos demais bens, exceto a moeda, tendem a

reduzir-se relativamente às predições dos preços futuros (KEYNES, 1936). Portanto, a mera presença da moeda pode obstar a produção lucrativa de cada um dos demais ativos. No entanto, isso não significaria, em si, uma barreira ao alcance do pleno emprego, desde que houvesse a possibilidade de produzir moeda mediante trabalho. Mas, claramente, não o é.

Diante disso, suponha que, por meio de seus efeitos sobre as expectativas, os lucros ou prejuízos desencadeiam um processo cumulativo de desequilíbrios, inexistindo mecanismos automáticos que sejam capazes de garantir a permanência da economia em uma situação de estabilidade. Nesse cenário, a capacidade dos bancos, automaticamente, expandirem a liquidez e o crédito que iria permitir a ocorrência de assimetrias entre poupança e investimento.

Não bastaria, nesse caso, que os empresários estivessem, por hipótese, antecipando boa rentabilidade para que decidissem pelo investimento de seus recursos. Tornar-se-ia necessário, contudo, que os empresários fossem capazes de ter sob seu comando uma quantidade apropriada de moeda e recursos de capital e, para tanto, a taxa de juros não poderia estar em nível elevado suficiente a ponto de detê-los.

Destarte, quando a taxa de juros de mercado distancia-se de sua taxa natural, abre-se um hiato entre o nível de poupança e investimento. As instituições financeiras (bancos), neste ponto, passam a assumir papel de fundamental relevância quanto a determinação do dispêndio agregado (KEYNES, 1971).

Para Keynes (1936; 1971) a poupança, ao invés de se constituir no pré-requisito para a realização do investimento, na verdade, seria a manifestação de seu resultado, em uma economia denominada pelo autor de monetária ou empresarial. Em economias deste tipo, a decisão de investimento não depende da disponibilidade de produto não-consumido, mas sim de financiamento, em outras palavras, acesso à meios de pagamento.

Implicitamente, a decisão de produção e emprego dos fatores – inclusive mão de obra – está subordinada a uma apreciação dos agentes capitalistas detentores dos meios de produção sobre como alocar sua riqueza em um ambiente incerto, no qual a moeda é um ativo que pode ser almejado enquanto tal. Segundo Carvalho (1996), a moeda pode serenar os ânimos dos sujeitos detentores de riqueza quanto aos riscos imprevisíveis, em função de suas faculdades essenciais e, porque não dizer, especiais, de forma que, somente em modelos que reconhecessem tais riscos, a moeda poderia ser tomada como um ativo.

À vista disso, o princípio da demanda efetiva de Keynes (1936), ou seja, a possibilidade de que a procura por bens e serviços seja insuficiente uma vez que os agentes utilizam sua

respectiva renda para adquirir riqueza não reprodutível, em oposição a seu uso para fins de aquisição de mercadorias cuja produção seja factível pelo empregado de mão de obra, segue dessa visão *sui generis*. A não-neutralidade da moeda assenta-se na proposição de que a moeda e bens reprodutíveis de capital são maneiras alternativas de acumulação de riqueza (CARVALHO, 1996).

A teoria exposta por Keynes (1936) nega o equilíbrio simultâneo na totalidade dos mercados – hipótese prontamente retomada pelos neo-keynesianos – e consente que as decisões dos agentes individuais são tomadas em função das instituições existentes e impactam sobre estas (FERREIRA, 2008). O autor realiza hipóteses sobre o comportamento individual dos agentes econômicos ao delimitar o conceito de propensão marginal a consumir e preferência pela liquidez.

Carvalho (1988) ressalta que o agente keynesiano, em oposição a aquele ligado à teoria clássica, não é completamente definido pelo papel funcional que assume:

*"Keynes se coloca no lugar do agente, tentando assumir seu ponto de vista. Isto significa que o ator keynesiano, apesar de ser, naturalmente, uma abstração, não é uma abstração de uma função, mas a estilização das atitudes e comportamentos de alguém que se vê na iminência efetiva de tomar decisões que não estão predeterminadas por sua posição social (...) Há assim, uma dimensão, 'microeconômica' inevitável na macroeconomia keynesiana à medida que se busca entender os móveis das escolhas individuais (com particular atenção para as escolhas de acumulação de riqueza)". (CARVALHO, 1988).*

Por conseguinte, se a microeconomia for interpretada como uma área do saber científico na qual é estudada a tomada de decisão dos agentes econômicos, então como não assumir a ocorrência de profundas modificações no aparato teórico-metodológico da matéria a partir de Keynes (1936)? Considera-se, portanto, com base no referencial teórico adotado, que não apenas houve um revolucionamento da microeconomia, como também o estudo desta disciplina precisa ser indissociável da macroeconomia, em que os resultados das decisões dos agentes são expressos.

Logo, tornar-se-ia infrutífero tomar a preferência pela liquidez somente como uma teoria

da taxa de juros. A teoria da preferência da liquidez pode ser vista de modo mais amplo e irrestrito, como uma teoria de precificação de ativos sob condições de incerteza e, consequentemente, como uma teoria da tomada de decisão dos detentores de riqueza acerca da alocação de seus recursos (KEYNES, 1936; FERREIRA, 2008).

Davidson (1972) complementa o modelo e escolha de ativos de Keynes, ilustrando que, se for acrescentada uma função de fluxo de ativos de capital real, viabiliza-se a obtenção de um esquema de determinação da dimensão do investimento de capital consonante com o estado de expectativas. Adicionalmente, sofisticada a percepção de Kaldor (1939) sobre a forma de funcionamento dos mercados, ao detectar a função estabilizadora estratégica exercida pelos *market-makers* (CARVALHO, 1996).

Minsky (1975; 1982; 1986) defende que um agente não se limita aos recursos que originalmente detém – durante o processo de seleção dos ativos para fins de composição de portfólio – podendo sua capacidade de comprar ativos ser potencializada via acesso à crédito, caso o agente esteja predisposto a emitir dívida para adquiri-lo. No modelo do autor, dois elementos precisam ser considerados, se a estratégia de acumulação de riqueza do agente não puder ser totalmente descrita por seus ativos, mas sim pelo seu balanço como um todo: seu grau de solvência e sua posição de liquidez (CARVALHO, 1996).

Kregel (1987) parte da análise da teoria da probabilidade de Keynes (1973) e de seu conceito de incerteza, critica a suposição de expectativas racionais que, tal como expresso em Davidson (1999), aplica-se apenas em um mundo regido por processos ergódicos. O autor endossa a proposição keynesiana de que na teoria da preferência pela liquidez, encontra-se, na verdade, uma teoria da acumulação de riqueza e, de forma mais restrita, uma teoria de precificação de ativos, fornecendo à microeconomia, portanto, “fundamentos macroeconômicos”.

Para Kregel (1987), assim como para Townshend (1937), a moeda exerce função essencial no processo, macroeconômico, de determinação de preços, pois à medida em que se considera a condição de equilíbrio de portfólio dos capitalistas detentores de riqueza, obtém-se um componente adicional na determinação de preços, que tenderão a igualar-se a taxa de retorno dos diferentes ativos da economia, potenciais destinatários dessa riqueza acumulada. Mais uma vez, sugere-se que o equilíbrio não deve ser assinalado pela paridade entre oferta e demanda, tal como representada pela equivalência entre custos de produção e preços, mas pela igualdade entre todas as taxas de retorno dos ativos duráveis disponíveis (FERREIRA, 2008).

Dito isto, Kregel (1987) conclui que, uma vez que a taxa de juros é definida pelo "*rational spirits*" dos capitalistas em um contexto de incerteza acentuada e esta responsabiliza-se pela determinação do limite das taxas de retorno dos demais ativos, os preços são dirigidos pelo ambiente macroeconômico, manifesto na preferência pela liquidez.

Uma implicação resultante da concepção teórica expressa em Kregel (1987), refere-se a contestação da ideia de que o desemprego involuntário resulta da rigidez de preços. Segundo o autor:

*"Não é a imperfeição na operação do mecanismo de preços flexíveis (...) que está na base do equilíbrio com desemprego de Keynes, mas a imperfeição do conhecimento dos agentes, causando incerteza sobre os determinantes do retorno dos projetos de investimento. Tampouco é a ausência de microfundamentos suficientes a causa do resultado macroeconômico de equilíbrio com desemprego; este é devido à diferença na especificação dos preços de equilíbrio em termos dos preços spot e forward e à determinação de um preço crucial, a taxa de juros, com base em convenções, em função da existência de um conhecimento incerto". (KREGEL, 1987, p. 531).*

Ao reporta-se a este ponto crucial da construção teórica associada ao *mainstream* keynesiano – o "*unemployment equilibrium*" – Kregel (1987) defende que o desemprego involuntário, questão macroeconômica por excelência, não emana de falhas de coordenação ou rigidezes de preços, ou quaisquer outras eventuais falhas de mercado, resultando, no entanto, do normal funcionamento de uma economia eminentemente monetária.

Sendo assim, as justificativas e motivações para a ocorrência desse fenômeno não podem aprisiona-se ao âmbito do mercado de trabalho, como afirmam os Novos Keynesianos, devendo-se considerar as especificidades inerentes ao contexto incerto sobre o qual os agentes possuidores de riqueza tomam suas decisões de alocação de recursos a fim de maximizar a obtenção de ganhos monetários.

### **3. DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO: um problema macroeconômico por excelência**

Ao analisar a corrente de pensamento do *mainstream* da economia que se auto-denomina de "keynesiana", depreende-se que o desemprego involuntário da mão de obra, segundo esta

vertente teórica, assenta-se em suposições realizadas acerca da conduta dos agentes participantes do mercado de trabalho. A existência de desemprego involuntário decorre, neste caso, da insistente permanência do salário real em nível superior a produtividade marginal do trabalho condizente com o nível de pleno emprego.

Inicialmente, deve-se observar que esse construto teórico desconsidera a hierarquia dos mercados manifesta no argumento keynesiano tradicional e dos pós-keynesianos. A tomada de decisão quanto a dimensão do investimento e emprego de fatores é efetuada pelos agentes detentores de riqueza. Keynes (1936) esclarece bem este ponto, parte do conceito de incerteza e prossegue expondo sua concepção do mercado de moeda, alcançando, então, os bens de capital e bens de consumo para, por fim, realizar a discussão sobre o mercado de trabalho, que segundo o autor, não possui a prerrogativa de ser o *locus* de determinação do nível de emprego (FERREIRA, 2008).

A função do mercado de trabalho é, no modelo keynesiano, por um lado, definir o nível de pleno emprego e, de outro, indicar o salário real compatível com o nível de emprego – estabelecido no mercado bens, por meio da curva IS. Conforme Davidson (1983), a curva de produto marginal não constitui a curva de demanda por trabalho. Posteriormente, em trabalho dedicado ao debate com os Novos Keynesianos, Davidson (1999b) defende que a “tesoura marshalliana” de determinação do emprego não é constituída por uma lâmina que exprimi a oferta de mão de obra e outra definida como a demanda por mão de obra. A demanda por trabalho, na verdade, tanto para Marshall (1890) quanto para Keynes (1936), decorria das estimações de maximização de lucros realizados pelos agentes proprietários (DAVIDSON, 1999b, p.579).

No caso de Marshall (1890), a curva de produtividade marginal do trabalho, deflacionada por unidades de salário (em termos reais, portanto) estabelece uma relação entre as alterações no nível de produto ofertado mediante oscilações de demanda pelo produto a nível microeconômico, em Keynes (1936), por outro lado, a função do emprego exerce esse mesmo papel, mas a nível macroeconômico, uma vez que associa o montante de demanda efetiva de uma empresa ou indústria com a quantidade ofertada de mão de obra. Logo, o pressuposto subjacente a esta formulação teórica é que as flutuações no quantitativo de mão de obra empregada deve, necessariamente, originar-se em decorrência de modificações na demanda efetiva (DAVIDSON, 1999b).

Conforme já mencionado, a curva de demanda por trabalho, na perspectiva keynesiana, exprime as condições de otimização de lucros a um nível de produto definido em outro mercado,

o de bens. Nesse cenário, os agentes atuantes no mercado de trabalho não determinam a quantidade e o preço do bem transacionado (força de trabalho) conjuntamente. Em outras palavras, o mercado de mão de obra não possui autonomia para a determinação dessas variáveis. Por conseguinte, o mercado de trabalho caracteriza-se por uma assimetria estrutural elementar entre ofertantes – trabalhadores – e demandantes – capitalistas possuidores dos meios de produção – que não é de informação, como alegado no *mainstream*, mas sim de poder (DAVIDSON, 1998).

Considera-se, neste trabalho, que esse é o significado implícito mais relevante encontrado no amago do construto teórico de Keynes (1936) no que tange ao desemprego involuntário: os trabalhadores não possuem meios para obrigar os empresários a ampliarem o quantitativo transacionado de força de trabalho. A diminuição dos salários nominais, de outro modo, provoca efeitos ambíguos sobre a demanda agregada, em concordância com o explicitado em Keynes (1936), especificamente, no capítulo 19 da obra. De forma suplementar, posto que o sistema monetário se fundamenta em contratos, cujo valor nominal da unidade de salários é um dos principais parâmetros, a flexibilidade de salários, em termos nominais, representaria uma ameaça a viabilidade do próprio sistema (DAVIDSON, 1972).

Ao partir da perspectiva keynesiana tradicional, a compreensão do desemprego involuntário exige uma análise sobre os aspectos macroeconômicos estruturais de determinação do emprego. Na concepção teórica de Keynes (1936), os agentes capitalistas detentores dos meios de produção buscam empregar fielmente a quantidade de trabalho correspondente ao ponto de demanda efetiva, e não existe motivação para que esta seja a mesma quantidade de trabalho cuja desutilidade marginal, para o ofertante de mão de obra, equipare o salário real (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002).

Diante do exposto, se algum aparato ligado à macroeconomia é indispensável para compreender a quantidade de mão de obra negociada e contratada no mercado de trabalho, deve ser aquele delimitado nas seções iniciais desta pesquisa: uma teoria da tomada de decisão do capitalista possuidor de riqueza. O agente econômico capitalista, não obstante, atua em um mercado macroeconômico incerto, no qual tanto suas ações individuais quanto dos demais agentes e instituições que o compõem possuem capacidade de influência, o que caracteriza o ambiente por uma “incerteza ontológica”, termo apresentado em Rotheim (1999). Esta é uma hipótese que diferencia o construto teórico keynesiano dos pós-keynesianos citados no presente estudo.

Embora não seja o objetivo precípua da presente seção realizar um resgate detalhado dos

fundamentos teórico-filosóficos e metodológicos da macroeconomia, tal como assimilada pelos pós-keynesianos, cabe ressaltar alguns elementos fundamentais de análise. Dow (1999), Lawson (1999), entre outros admiradores do “realismo crítico” e pós-keynesianos em especial, destacam a necessidade de enfatizar a relevância da observação da realidade como um sistema aberto ao invés de um sistema fechado, tal como os adeptos do *mainstream* da economia que defendem a existência de consistência entre micro e macroeconomia.

Segundo Dow (1999), a complexidade orgânica da atuação humana e da multifacetada realidade social impossibilita a identificação e estabelecimento de leis assentadas em relações diretas de causalidade. Uma vez que a realidade social é singularmente dinâmica e constituída de totalidades internamente relacionadas que se modificam a cada momento, em função da ação interativa de agentes criativos e dotados de vontade, torna-se vital investigar as diversas forças causais ativas no sistema e suas respectivas evoluções, a fim de viabilizar a construção de um conhecimento tão confiável quanto possível, com vistas à ação (LAWSON, 1999; CHICK, 2002).

Em termos metodológicos, a principal consequência da perspectiva do realismo crítico sobre a natureza do objeto é a inviabilização da formulação de modelos que usam o método dedutivo com o uso da ideia de agentes representativos e adoção de pressupostos que predeterminam o comportamento dos indivíduos. Complementarmente, o critério de “ajustamento” de uma teoria deveria ser expresso pelo seu poder de explicação sobre o fenômeno estudado, e não pela sua capacidade de predição – como advogam os Novos Clássicos e monetarista – à medida que o caráter ergódico não caracteriza o ambiente econômico.

#### **4. CONCLUSÕES**

Este trabalho visou evidenciar que a macroeconomia keynesiana, resgatada por diversos estudos de vertente pós-keynesiana, não deve ser depreendida por meio de “fundamentos microeconômicos”, assimilados estes como teorias que explicitam falhas de coordenação de mercado de qualquer natureza. Simultaneamente, buscou-se mostrar a fragilidade da tentativa de entendimento do desemprego involuntário keynesiano a partir, tão somente, do mercado de trabalho e da racionalidade dos agentes econômicos, como defendem os Novos Keynesianos.

A macroeconomia proposta por Keynes (1936), fundamenta-se em uma teoria de tomada decisão do capitalista detentor dos meios de produção. O autor exhibe especial interesse nessa tomada de decisão, considerando ser este um fator essencial para a determinação da demanda efetiva e, por conseguinte, do nível de emprego.

No *mainstream*, aprisionou-se a teoria keynesiana de Keynes (1936) em um aparato de equilíbrio geral. Nesse contexto, a concepção “keynesiana” se torna dependente de fundamentos provenientes da microeconomia, como a ocorrência de rigidez e falhas de mercado. Logo, o agente capitalista detentor de riqueza sai de cena e cede lugar ao consumidor maximizador de utilidade e ao produtor maximizador de lucros.

Ao retirar-se os acumuladores de riqueza de “cena”, desconsidera-se a relevância vital do papel desempenhado pela moeda, a incerteza e a concepção de que o agente – capitalista – toma decisões capazes de alterar o rumo da economia, assim como os demais agentes ativos também fazem o mesmo.

O campo científico que visa estudar a tomada de decisão dos agentes capitalistas e o produto proveniente das interações entre as diversas decisões de alocação de riqueza dos detentores dos meios de produção, desde Keynes (1936), denominou-se de macroeconomia. As dissemelhanças entre este campo do saber científico em relação àquele desenvolvido pelo *mainstream* são colossais (FERREIRA, 2008).

Diante disso, deve-se ter cautela para não cair na tentação de empenhar-se na busca por uma perfeita consistência entre o que pode ser deduzido por um agente capitalista individualmente e o resultado das interações intercapitalistas dos agentes com um todo, sob pena de tolher a compreensão dos fenômenos reais (KEYNES, 1936; CHICK, 2002).

O relevante, contudo, é salientar, para o objetivo deste trabalho, que a corrente de pensamento pós-keynesiana resgata elementos basilares da obra de Keynes. Inicialmente, os agentes são dotados de poder para exercer o livre arbítrio em suas decisões, no que se refere aos detentores de riqueza, quanto a uma escolha muito específica: acumular a riqueza que detém.

Dessa forma, uma teoria que tenha por propósito explicar os resultados da interação das decisões desses agentes possuidores necessita, de algum modo, considerar a real motivação da tomada de decisão do capitalista. Deve-se, portanto, partir da formulação de uma “teoria da escolha”, mas não na perspectiva exposta pela microeconomia tradicional – decisão de alocação, entre fins alternativos, de recursos escassos. A escolha de que trata

este estudo, remete-se à detecção e expansão de oportunidades para alocação de riqueza de forma rentável em um ambiente econômico sob condições de incerteza.

Keynes e a corrente de pensamento pós-keynesiana, diferentemente do *mainstream* da economia “keynesiana”, admitem que o somatório das partes não representa, necessariamente, o todo. Em outras palavras, apesar de os primeiros apresentarem como ponto de partida a concepção de que a macroeconomia se fundamenta em uma teoria da decisão individual, advogam que não é possível deduzir os resultados macroeconômicos das unidades particulares.

Por fim, ao assumir que os agentes econômicos são dotados de vontade própria e que possuem capacidade de exercê-la, a fim de influenciar o ambiente no qual atuam, reconhece-se, concomitantemente, que este ambiente é caracterizado por uma “incerteza ontológica”, nos termos apresentados por Rotheim (1999). Assim, torna-se ineficaz, mediante adoção de uma abordagem keynesiana de cunho tradicional, admitir sistemas fechados e deterministas de análise, mas possibilita-se, de outro modo, uma compreensão a respeito do papel desempenhado pela moeda e instituições, e, sobretudo, um real entendimento sobre a existência do desemprego involuntário.

## REFERÊNCIAS

BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, J. S. G. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, F. J. C. **Observações sobre o estado atual da teoria macroeconômica**. Rio de Janeiro: UFRJ-IEI, 1988.

CARVALHO, F. J. C. Sobre a centralidade da teoria da preferência pela liquidez na macroeconomia pós-keynesiana. **Ensaio FEE**, v. 17, n. 2, 1996.

CHICK, V. **Macroeconomics after Keynes - A Reconsideration of the General Theory**. Cambridge, Massachusetts: the MIT press, 1983.

CHICK, V. Keynes's Theory of Investment: a Necessary Compromise. In: DOW, S. C.; HILLARD, J. (Ed.). **Uncertainty and the Global Economy**. 2. ed. Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2002. p. 65–77.

DAVIDSON, P. International money and the real world. **The Economic Journal**, v. 82, n. 325, p. 101–115, 1972.

DAVIDSON, P. The Marginal Product Curve is not the Demand Curve for Labor and Lucas's Labor Supply Function is not the Supply Curve for Labor in the Real World. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 1, n. 6, 1983.

DAVIDSON, P. Post Keynesian Employment Analysis and the Macroeconomics of OECD Unemployment. **The Economic Journal**, v. 108, n. 448, p. 817–831, 1998.

DAVIDSON, P. Colocando as evidências em ordem: macroeconomia de Keynes versus velho e novo keynesianismo. In: LIMA, G.T; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. DE (Ed.). .

**Macroeconomia Moderna**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999a. p. 35–64.

DAVIDSON, P. Keynes' principle of effective demand versus the bedlam of the New Keynesians. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 21, n. 4, p. 571–588, 1999b.

DOW, S. C. Post Keynesianism and Critical Realism: What Is the Connection? **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 22, n. 1, p. 15–33, 1999.

DUNLOP, J. T. The Movement of Real and Money Wage Rates. **The Economic Journal**, v. 48, n. 191, p. 413–434, 1938.

FERREIRA, A. N. **A recuperação pós-keynesiana da autonomia da macroeconomia**. XXXVI Encontro Nacional de Economia (ANPEC). **Anais...**2008

KALDOR, N. Speculation and Economic Activity. **Review of Economic Studies**, v. 7, n. 1, 1939.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1936.

KEYNES, J. M. Relative Movement of Real Wages and Output. **The Economic Journal**, v. 49, n. 193, p. 34–51, 1939.

KEYNES, J. M. A Tract on Monetary Reform. In: **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, v. 4. London: Royal Economic Society, 1971.

KEYNES, J. M. A Treatise on Probability. In: **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, v. 8. London: MacMillan, 1973.

KREGEL, J. A. Rational spirits and the post Keynesian macrotheory of microeconomics. **De Economist**, v. 135, n. 4, p. 520–532, 1987.

LAWSON, T. Connections and Distinctions: Post Keynesianism and Critical Realism.

**Journal of Post Keynesian Economics**, v. 22, n. 1, p. 3–14, 1999. MARSHALL, A. **Principles of Economics**. 1. ed. London: MacMillan, 1890.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. 1 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MINSKY, H. **John Maynard Keynes**. New York: Columbia University, 1975. MINSKY, H. **Can “it” happen again?** Armonk: M. E. Sharpe, 1982.

MINSKY, H. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University, 1986.

ROTHEIM, R. Post Keynesian Economics and Realist Philosophy. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 22, n. 1, p. 71–103, 1999.

TARSHIS, L. Real Wages in the United States and Great Britain. **The Canadian Journal of Economics and Political Science**, v. 4, n. 3, p. 362–376, 1938.

TOWNSHEND, H. Liquidity-Premium and the Theory of Value. **The Economic Journal**, v. 47, n. 185.